Interseccionalidade e indissociabilidade entre ativismo e academia

entrevista com Ana Cristina Santos – negra, lésbica, professora, pesquisadora e militante brasileira[1]

Bruna Andrade Irineu, Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT
Ayrton S. S. do Amaral, Universidade Federal do Mato Grosso - UFMT
Elaine Gonzaga Oliveira, Universidade Federal de Goiás - UFG
Karina Custódio, Universidade Federal do Tocantins – UFT

Bruna Irineu: Boa noite, Professora Ana Cristina Santos! As pessoas do ativismo te conhecem por Negra Cris, você poderia se apresentar nos situando sobre como esse nome passa a integrar sua autoidentificação ao longo de sua trajetória?

Negra Cris: Boa noite! Meu nome é Ana Cristina, na militância eu sou conhecida como Negra Cris porque o e-mail que fiz meus primeiros contatos virtuais era negra_chris@hotmail.com. Quando comecei a fazer articulação tanto com o movimento negro quanto com o movimento LGBT, as pessoas passaram a me chamar Negra Cris e acabou ficando. Porém, esse Negra Cris já me custou algumas falas de questionamento de pessoas dentro do movimento negro. Já teve uma ativista negra em Salvador/BA, mulher negra, que ela dizia que eu não deveria deixar me chamar por Negra Cris, porque negro tem que ter nome e sobrenome. E essa ativista disse isso fazendo uma referência a Lélia Gonzales[2]. Bem, a minha resposta é que Malcolm X[3] ao retirar seu sobrenome está retirando o sobrenome do colonizador. Então isso mostra que a gente acaba ressignificando as coisas. Além disso, dentro do movimento LGBT tem um militante histórico na Bahia que sempre que ele ia fazer as provocações dos e-mails, pelas listas, ele gostava de falar "a autointitulada Negra Cris".

[1] Revisão de Elaine Gonzaga e Ayrton Senna Seraphim do Amaral.
[2] Lélia Gonzales foi uma professora, pesquisadora, antropóloga e feminista negra nascida no Brasil no ano de 1935, vivendo até seu falecimento em 1994.
[3] Malcolm X foi um ativista negro norte-americano que combateu a segregação racial nos Estados Unidos, tendo vivido entre os anos de 1925 e 1965.

Bruna Irineu: Então nos conte sobre sua trajetória na academia e no ativismo LGBT e negro.

Negra Cris: Eu vim da periferia de Salvador/BA. E pensar Salvador, é pensar numa cidade negra. A gente pensa periferia e pode, assim, generalizar que é falar de uma população negra. Então, eu começo na periferia, onde a questão racial é bastante forte na minha vida, minha trajetória, na educação e na escola. O que me faz aproximar, já na fase adulta, enquanto professora, lecionando durante 20 anos na educação básica, a refletir sobre isso. Isso me leva à aproximação do movimento negro em busca de respostas que eu não tinha na minha infância e adolescência. Dentro da escola algumas situações vividas pelas crianças eram situações também vividas por mim, e vou pensar nisso na graduação. Nesse período também estive redescobrindo minha sexualidade, por eu ser uma mulher negra que não corresponde ao estereótipo do desejo. Já que eu nunca fui uma mulher negra desejada por homem, eu nunca tive o namoradinho da adolescência. Eu fui me relacionar com homens a partir dos 18 anos, me refiro a relacionar, ficar, transar. Mas nenhum homem me assumiu enquanto namorada. Contudo, eu também já sentia, desde a adolescência, atração por mulheres, e aí com as colegas a gente acaba tendo as nossas histórias... A questão de conhecer o corpo, de se pegar, de se sentir... Eu tive alguns relacionamentos frustrados com homens, cheguei a namorar com um, mas nisso eu também fui redescobrindo essa sexualidade. Como eu comecei a trabalhar cedo, com 18 anos já fui ser professora do estado, com 20 passei num concurso do município, eu já tinha uma certa autonomia. Quando fui morar só eu me permiti viver meus desejos e tive as minhas primeiras relações com mulheres e, numa dessas, assumo que eu gosto é de mulher.

Na minha aproximação com movimento negro ele não discutia sexualidade numa perspectiva de se pensar as relações homoafetivas. Isso me causava angústia, porque algumas mulheres do movimento negro traziam sua sexualidade quando saíamos. Estava presente a sua lesbianidade para mesa do bar, para conversar, mas nas discussões fortes dentro do movimento isso nunca era pautado. E isso foi me causando incômodo e, em 2005, quando ocorreu o Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis (EBGLT), em Brasília, eu fiquei sabendo que ia ter bolsa também para afrodescendentes. Nessa época, eu fazia parte de um grupo chamado Eregege e pedi ao pessoal que coordenava uma carta me apresentado, dizendo que eu fazia parte do grupo. Assim, eu me inscrevi no EBGLT. No XII EBGLT, nós fomos dois dias antes de iniciar

o evento, justamente para discutir o que é ser negro e negra no movimento LGBT. O interessante é que não era somente eu, outras pessoas também vinham de uma discussão racial sem ter uma discussão em torno da orientação sexual. Já outras pessoas do movimento LGBT, que não tinham aprofundamento sobre a questão racial, sentiam o incômodo de ser negro dentro do movimento LGBT. Enquanto eu e outros sentíamos esse incômodo de ser LGBT dentro do movimento negro, esses dois dias que antecederam o evento proporcionaram uma discussão bastante rica, influenciando na decisão de fundar e criar a Rede AfroLGBT, no ano de 2005. Já são 13 anos de rede e, portanto, é assim que inicia a minha trajetória no movimento LGBT.

Bruna Irineu: E como essa sua percepção sobre ser negra e lésbica se relaciona com sua trajetória na educação básica e, posteriormente, na educação superior?

Negra Cris: Como disse anteriormente fui professora da educação básica durante 20 anos em Salvador, então a questão racial foi se tornando habitual para mim. No momento que me aproximo e vou conhecer teóricas e teóricos pensadores na perspectiva da educação e raça, começo a trabalhar essas questões em sala de aula. Nesse momento, início da década de 1990, ainda não tinha a Lei 10.639/2003[4]. Após a lei surgiram algumas formações em Salvador. Ao mesmo tempo começo a perceber, em sala de aula, questões relacionadas a orientação sexual, questões de dedução da sexualidade das crianças a partir do seu comportamento, da sua performance, pelos colegas e pelas professoras e professores, o que me gerou incômodo e alguns tensionamentos na escola e na sala de aula. Dentro do movimento negro não se discutia casos como esse, surgindo, dessa forma, inquietações a partir do lugar de trabalho até que corro atrás de pensar como fazer algumas intervenções, iniciar algumas leituras e no começo da década de 2000 verifica-se algumas produções, inclusive já na internet. Em Salvador tinha o CEAO[5] e dentro dele existia um programa chamado CEAFRO[6] conduzido por mulheres negras, e elas já traziam na formação para professoras uma discussão em torno da sexualidade, o que me motivou a tentar trabalhar isso em sala de

[4]LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.
[5] Centro de Estudos Afro Orientais da Universidade Federal da Bahia
[6] Programa para a igualdade racial e de gênero.

aula e, em 2005, eu adentro o movimento LGBT. Junto com a Rede Afro a gente acredita na centralidade da intersecção de gênero, raça, sexualidade e classe social.

Bruna Irineu: Em 2005, ano de fundação da Rede Afro, coincide com sua inserção no mestrado...

Negra Cris: Eu entrei no mestrado em 2005 e no mesmo ano fui morar em Maceió. Em 2006, a Rede Afro realizou seu primeiro encontro no Rio de Janeiro, em parceria com o grupo Arco Íris e Criola. A gente fez uma discussão enriquecedora acerca de se pensar LGBTfobia e racismo. No mesmo ano, aconteceu o I Encontro Nacional de Lésbicas Negras, em São Paulo, que também foi um momento bastante rico para se pautar enquanto lésbicas negras. Nesse encontro eu conheci a minha atual companheira. Algumas mulheres voltaram para seus estados e se organizam pensando na fundação de uma rede de lésbicas negras. Nisso, algumas mulheres saem da Rede Afro LGBT e vão para a outra rede. Outras continuam atuando nos dois espaços, como foi meu caso. Nesse momento que a rede se repensa enquanto rede nacional, eu chego à conclusão de que preciso fazer uma escolha de espaços. E a minha estratégia de estar até hoje numa rede mista é pensar o racismo que ele atinge mulheres e homens. Assim, eu decido ficar na Rede Afro, e essas mulheres vão se reorganizando, até a criação do Candaces, em 2007. Defendi o mestrado no início do ano de 2008 e voltei para Salvador.

O momento que antecede a conferência existia o fórum LGBT baiano, que naquela época estava sem atividades, o que fez com que algumas pessoas provocassem a repensar o fórum. Esse retorno de reestruturação do fórum ficou marcado pela tentativa de alguns grupos que se consideram hegemônicos na Bahia de implodir o processo, pois eles não eram os protagonistas. Sei que o fórum conseguiu se estabelecer, interiorizou as ações e a partir dele organizamos a Conferência Estadual, posteriormente a Nacional, para fazer as discussões de forma interseccionalizada.

Bruna Irineu: Sobre o seu mestrado: o que você pensou quando foi fazer a dissertação? Esses temas foram fluindo ou você já tinha previsto?

Negra Cris: No mestrado eu privilegiei a discussão racial. Já existia algo que me incomodava por causa da minha origem e da minha identidade racial. Porque me pensar enquanto negra, mesmo com a pele escura, não foi algo tão fácil. Quando fui dar aula

percebi que as crianças passavam por situações parecidas com as que eu vivenciei e a partir daí comecei a problematizar em torno da questão racial. Quando eu era criança não tive uma construção positiva. Minha mãe sempre me dizia "quem não é o maior, tem que escolher ser o melhor, o mais. Você não é vista. Você não é bonita para a sociedade, por isso precisa se dedicar aos seus estudos". Isso já era uma sinalização da sociedade racista. Na infância sofri com as "brincadeiras" sobre meu peso, na adolescência era preterida afetivamente, daí a gente vai sendo colocada à margem. Além dos apelidos com o peso, os apelidos com a cor da minha pele não faltavam. Era chamada de "Fuscão Preto". Sofri muito nessa construção social, mesmo tendo a sinalização da minha mãe sobre o racismo. Isso me levou a pensar que as crianças da escola que trabalhava passavam as mesmas situações que eu havia passado 10 anos atrás. Isso me fez pensar no meu projeto para o mestrado como essas crianças constroem sua identidade racial com a família, comunidade, escola. Inclusive fui questionada na entrevista do mestrado na UFAL como eu não iria me confundir com o meu objeto de pesquisa, afinal é minha história de vida que norteava a pesquisa.

Durante o mestrado havia um professor que sempre quando a turma trazia a questão da negritude ou indígena ele sempre falava do branco pobre. Tentando deslegitimar a discussão étnico-racial.

Durante o mestrado fui convidada a conhecer uma comunidade quilombola próxima na Serra da Barriga. Em um primeiro momento meu lócus de pesquisa era a periferia, mas quando conheci a comunidade vi que havia uma escola e resolvi mudar meu lócus, pois ali ninguém iria questionar o "branco pobre".

Em 2009, assim que terminei o mestrado, começou o processo de interiorização das universidades, comecei a fazer concursos com a minha companheira. Ela já estava no doutorado na época. Fomos aprovadas no final de 2009 na UFAL no Campus do Sertão, na cidade de Delmiro Gouveia, que fica a 300 km de Maceió. Passei no doutorado em 2011 e, mesmo que minha discussão não tenha sido em torno das sexualidades, agradeço a Rede Afro como valioso espaço de formação.

Bruna Irineu: Frente a sua experiência como docente universitária no interior do estado do Alagoas, qual o significado do processo de interiorização das universidades brasileiras, especialmente no que concerne aos estudos raciais, de gênero e sexualidade?

Negra Cris: Aqui na cidade existe um grupo LGBT, o GLAD, presidido pela Ana Moura. É o único grupo existente aqui no sertão. Nosso município faz divisa com três estados Pernambuco, Bahia e Sergipe. Assim que cheguei na cidade procurei me aproximar do GLAD para conhecer como se dão as discussões. É uma cidade que tem várias comunidades quilombolas e indígenas, onde o machismo e a LGBTfobia são muito fortes e naturalizadas.

No meu primeiro ano aqui teve um caso de feminicídio em que a mulher foi decapitada pelo marido. Isso virou assunto na cidade. Um dia eu estava num salão e a conversa girava em torno de como a mulher era "toda errada". Com isso percebo que a violência, principalmente assassinatos, era naturalizado pela população. Sempre com o suposto erro do outro, o suposto erro em ser gay, o suposto erro em ser negro, o suposto erro em ser mulher. Isso começou a me causar um grande incômodo. Já no primeiro ano aprovei com as licenciaturas um projeto de extensão que era entender em três municípios, Delmiro Gouveia, Água Branca e Pariconha, como, a partir das orientações dadas pelas escolas, as formações trabalhavam a questão da diversidade, e pensando a diversidade enquanto a questão racial, gênero e sexualidade.

Quando o projeto começou fiquei assustada com as falas das gestoras sobre a questão racial. Elas falavam de uma formação que aconteceu em Maceió para as coordenadoras por causa da Lei 10.639. Quando começávamos a falar sobre gênero e sexualidade a resposta era o silêncio. Isso evidenciou que nem na educação e nem em outros espaços nenhuma dessas discussões vem à tona. Fui conduzindo os projetos para sempre pensarem nas sexualidades e na questão racial. Com isso, outras professoras do *campi* começaram a se aproximar das temáticas e, em 2011, formamos o NUDES. Um núcleo de estudos e pesquisa sobre diversidade e educação no Sertão Alagoano.

Assim, percebemos que existe uma demanda reprimida na cidade, pois isso nos aproximou não apenas do movimento social como de outras pessoas interessadas nas nossas discussões. Fomos provocadas pelo GLAD para que levantássemos dados sobre a população LGBT do município. A casa da presidenta do grupo estava se tornando um espaço de acolhimento para pessoas expulsas de casa, de forma direta ou indireta, por conta das suas sexualidades. Ela foi pedir ajuda ao gestor que disse que não havia como fomentar políticas públicas sem dados. Foi aí que o NUDES iniciou uma pesquisa para mapear a população LGBT na cidade. A pesquisa não produziu políticas públicas, mas serviu para evidenciar questões como o não atendimento na delegacia por causa do agente de segurança pública dizer que "isso é sem vergonhice", questões de saúde que

não trabalha as especificidades além da educação que não contempla as discussões da diversidade.

Bruna Irineu: Você acredita que o processo de interiorização deu capilaridade aos nossos estudos através da abertura das portas da universidade via docência para sujeitos que de alguma forma não entravam nesse espaço hegemônico das grandes universidades do eixo sul e sudeste?

Negra Cris: Essas discussões estão entrando no interior do país, a partir desses corpos que estão ocupando as universidades. Podemos, nesse sentido, chamar de universidades periféricas, porque além de estarem situadas no interior, a estrutura é outra. Hoje sou professora de uma universidade pública por causa da expansão que o Reuni proporcionou. Existe toda uma trajetória que me antecede. Pessoas que pensaram políticas para o acesso da população negra, assim como o acesso dos mais diversos sujeitos no ambiente acadêmico. A universidade poderia ter continuado seguindo aquele modelo hegemônico e eurocêntrico que estamos acostumadas a ver, principalmente nas grandes universidades e esses sujeitos causam sim estranhamento nessas regiões periféricas. Quando cheguei aqui assustava ver minha companheira e eu, ambas negras, em uma região que se dizia "branca". Isso assusta! Mas quando começamos a desenvolver projetos nas periferias e nos povoados a gente vê que não é diferente das grandes capitais. A população negra continua lá, à margem, longe do centro. O que causa estranhamento mesmo é a nossa presença no centro, na universidade. Passamos por diversas situações por além da questão racial pela sexualidade pois nunca escondemos que somos um casal. Quando formamos o NUDES existiu toda uma tentativa de desqualificar nosso trabalho e chamá-lo de "militante". Escutamos até de um professor que éramos "tarefeiras" por querer dar visibilidade a datas importantes como o Dia da Visibilidade Lésbica. Eu tinha ido para Salvador e trouxe vários cartazes que o governo produziu. Colei pela universidade e eles foram rabiscados e rasgados dentro da universidade. Outra vez colei na porta do NUDES um cartaz produzido pelo CNTE que dizia que orientação sexual não deve ficar no armário. Alguém foi e rasgou o cartaz na nossa porta. Isso mostra que nossa presença incomoda. Quando promovemos eventos tem estudantes que dizem que não vão, pois não vão discutir coisas de "viado e sapatão". Vários técnicos e professores também preferem manter distância.

Mas temos vários estudantes produzindo em torno da temática. Tenho uma orientanda que está pesquisando sobre diversidade na escola a partir do kit anti-homofobia. Tenho outra orientanda da Pedagogia que é uma mulher transexual que pode se assumir na universidade. Está falando de transexualidade e educação numa perspectiva que se mistura com a história dela. Os professores e as professoras se aproximam muitas vezes até de forma a se aproveitar de discussões, pois o MEC diz que essas discussões em torno dos direitos humanos a questão racial tem que estar prevista dentro dos projetos pedagógicos dos cursos (PPC), reformulação de PPC. Nessa hora todos nos procuram para saber quantos estudantes de determinados cursos estão no nosso grupo de pesquisa. Nessa hora nós somos interessantes.

Bruna Irineu: Muitas vezes quem produz sobre gênero, raça e sexualidade é vista pelos pares como bons extensionistas, sendo poucas vezes reconhecidas/os como pesquisadoras/es de excelência, pessoas que estão produzindo ciência com rigor, por exemplo. Como você percebe isso na UFAL, em seu *campi* e nos outros *campi* da instituição?

Negra Cris: Tivemos uma mudança na reitoria, um grupo mais progressista que referenda o NUDES. Sempre somos citados como grupo que desenvolve várias ações aqui no Sertão. Existem as resistências, mas também os reconhecimentos. Esse ano fui convidada para discutir gênero e educação no PISP (Programa de Iniciação ao Serviço Público) como pesquisadora do NUDES. Isso é um reconhecimento da universidade. Eu fui dar essa formação em gênero e educação e é impossível fugir do meu lugar enquanto mulher negra e trazer essa interseccionalidade. Aqui no *campus* acabamos sendo reconhecidas, querendo ou não, pois somos o grupo mais propositivo. Foi o nosso grupo que fez o projeto do primeiro mestrado profissional em educação e diversidade, que está sendo ainda analisado pela CAPES, e agora está em análise da situação de mérito.

Fomos o primeiro grupo a ofertar uma especialização dentro do campus. Uma especialização em educação e relações étnico-raciais. Fizemos vários projetos de extensão, ganhamos dois editais e aí garantimos o andamento do núcleo. Temos uma das maiores salas do *campus*, computadores, fizemos dois seminários nacionais e vamos realizar o terceiro em 2019. Ainda esse ano vamos ter um ciclo de debates que tem uma grande participação da população, pois são discussões que precisam vir à tona. O

movimento mais forte aqui é o MST. Não temos movimento negro, poucos grupos de mulheres e quando promovemos os eventos lotamos a universidade. Isso nos fortalece dentro da universidade. Sei que isso não quer dizer que eles possam mudar a visão em tono das nossas discussões e muitos ainda vão continuar acreditando que são discussões que merecem um lugar menor. Porém, no atual governo é preciso fazer uma reflexão do retrocesso dessa interiorização. Nosso segundo encontro nacional era para ter acontecido em 2016. Enviamos um projeto ao edital da CAPES e no final de 2016 emitiram um parecer dizendo que as questões que queríamos discutir eram de ordem pessoal. Eles falavam de democracia a partir da Grécia e quase falaram em ideologia de gênero no parecer. Era um parecer que não tinha nenhuma crítica técnica, somente ideológica. Entramos com um recurso e nunca nos responderam. Por uma questão política o grupo decidiu, em março de 2017, realizar o seminário mesmo sem verbas. Tivemos o apoio dos sindicatos dos técnicos e dos professores da UFAL. A reitoria pagou algumas passagens de convidados e a direção do *campus* também contribuiu.

Negra Cris: Como estamos com a proposta do mestrado queremos mostrar que somos um grupo de excelência e que nossas discussões são tão necessárias como as demais. Ano passado submeti ao PIBIC o observatório da diversidade étnico-racial, gênero e sexualidade para fazer o mapeamento nos oito municípios que compõem o sertão alagoano e como se dá a efetivação das políticas públicas que giram em torno da diversidade. De primeiro momento o PIBIC foi reprovado. Recebi um parecer que dizia que a proposta iria além de um ano. Entrei com recurso e justifiquei que existe a possibilidade de renovação do PIBIC, que eu estava realmente pensando em algo maior que iria além de um ano, somente aí foi aprovado. Esse ano submeti para renovação com a intenção de que o NUDES assuma, a partir do ano que vem, o observatório como uma ação permanente.

Ano passado nós realizamos uma pesquisa na parada LGBT aqui do município, acho que foi a sétima parada LGBT. Como estamos numa região de sertão e pensar em Nordeste e sertão, pensa-se no machismo e nas heranças do patriarcado que são muito fortes e presentes. Como PIBIC eu só tinha uma bolsista e uma colaboradora, fiz o chamado para os estudantes que queriam ser voluntários na pesquisa, teve uma grande demanda e fiquei surpresa. Fizemos parceria com a Secretaria do Estado da Mulher e dos Direitos Humanos, eles fizeram impressão do questionário, cederam alguns materiais, trouxeram até ônibus com consultoria jurídica. A polícia não faz uma

estimativa dos números de participantes da parada, mas a organização estima em torno de 500 pessoas. Aplicamos 108 questionários. Foi muito interessante. Tabulamos os dados e agora estamos na fase de análise desses dados. Mas já sabemos que esses dados vão revelar as hipóteses em torno da invisibilidade LGBT, da falta de espaços de socialização, das violências que acontecem nas famílias e da polícia. Ano que vem aplicaremos novamente o questionário e faremos, também, uma pesquisa no carnaval. Nas minhas falas aqui dentro da universidade sempre me coloco como ativista acadêmica, porque, num primeiro momento, a academia sempre tenta deslegitimar esse local de ativista... Como se ser marxista dentro da academia não fosse ser ativista... Sempre me coloco nesse lugar através das minhas referências. Tem um texto da bell hooks sobre intelectuais negras que trago como meu texto de cabeceira. Estou sempre relendo porque ele me conforta e me anima.

Bruna Irineu: Conte-nos sobre seu processo de doutoramento, sobre sua pesquisa, especialmente sobre quais são as autoras que você se alinha.

Negra Cris: Entrei na UFAL em 2010 e em 2011 passei no doutorado. Primeiro concorri na UFBA, na Faculdade de Educação, passei por todas as etapas, na entrevista optei pela linha de política educacional. Daí os dois professores da banca perguntavam porque eu tinha escolhido aquela área. A resposta era porque essa era minha área de atuação. A gestão democrática é pensar também essas políticas e eu queria estar na área de política educacional. Então me questionaram o porquê de eu não ter ido para o NEIM e eu tentando explicar que queria ficar na educação. Justificaram que o fato de eu não ser aprovada era porque eu ainda estava no estágio probatório e eles queriam estudantes que pudessem ter dedicação exclusiva para o doutorado.

Em 2011 foi a defesa da Cida, minha companheira, no doutorado da UFC. Eu conhecia uma das professoras da banca, a Joselina da Silva. Uma referência enquanto movimento negro e feminista. Depois da banca conversamos e disse para ela que já tinha projeto pronto. Então ela me disse que se eu decidisse mudar meu projeto e pesquisar o movimento de mulheres negras eu tinha uma forte chance de ser sua orientanda. Faltava um mês para fechar as inscrições do doutorado. Pesquisar mulheres negras também era um desejo, porque também são essas mulheres negras que me retroalimentam. Lembrei o contato que eu tive com essas mulheres negras em Salvador enquanto militante e dessa maneira fiz um recorte temporal levando ao I Encontro

Nacional de Mulheres Negras, em 1988, e ao segundo, em 1991. Passei em todas as etapas e a professora Joselina passou a ser minha orientadora. Nisso começo o diálogo de aproximação dessas mulheres a entender esse processo de se constituir enquanto coletivo, enquanto movimento social. Entrevistei cinco mulheres em Salvador e isso me despertou o interesse em saber o olhar de outras mulheres fora da Bahia. Fui para o Rio de Janeiro e entrevistei a Neusa das Dores e a Jurema Werneck. Mesmo não sendo meu projeto inicial é um projeto de encantamento. A escuta dessas mulheres me emociona muito.

Minha tese não abordava a questão da sexualidade, mas quando essas mulheres falam do primeiro encontro a programação gira em torno da mulher negra pensando na sua subjetividade. Pensar a educação nas suas várias temáticas. Então essas mulheres começaram a revelar que a discussão em torno da sexualidade aparecia espontaneamente. A Neusa das Dores (militante do grupo CRIOLA, do Rio de Janeiro) e outras entrevistadas falam desse movimento nos primeiros encontros. Não tive como não fazer essa análise dentro da tese. Impossível não trazer essa especificidade.

Uma outra questão que é bastante pontuada na tese é que não podemos pensar as mulheres negras de forma homogênea. A questão regional é algo essencial. Nesses encontros a pluralidade de mulheres causa alguns tensionamentos, e isso vai me encantando porque temos uma visão em torno das mulheres que admiramos e, de repente, percebemos que os caminhos delas são muito parecidos com o que vivemos e traçamos. Na tese também faço um percurso de minha história de vida, falo como me reconheço enquanto lésbica negra e como acabo me reconhecendo em todo esse processo, que hoje é muito tranquilo para mim e minha família.

Bruna Irineu: E sobre as autoras negras as quais você se vincula teoricamente?

Negra Cris: Na minha graduação tive o privilégio de ser orientada pela professora Ana Célia da Silva, militante histórica do movimento negro. Ela me emprestou os primeiros livros que estudei. Li um livro da Nilma Lino Gomes que me encantou e, com o tempo, ela foi me aproximando de outras teóricas negras.

Convivendo com diversas mulheres nos eventos, que sempre faziam referências em suas falas, passei a descobrir muitas autoras novas para mim. Lélia Gonzáles, Sueli Carneiro, Beatriz Nascimento. Passo a ler, de fato, essas mulheres e sentir uma proximidade porque não são teóricas distantes. Começo a me encantar com essas

leituras e em minha tese vou me amparar nessa produção feita por intelectuais negras. E desse modo, passo a pensar gênero também a partir dessas mulheres negras. Assim acontece essa aproximação da literatura que não é distante da nossa realidade para podermos trazer esse conteúdo para a prática.

Durante o doutorado a gente teve uma discussão maior em torno da interseccionalidade, na qual me atento ao conceito da Kimberly Crenshaw. Devido a isso fui passar um ano nos Estados Unidos. O interessante é fazer um paralelo de quando o termo foi cunhado e observar como as falas das minhas entrevistadas, quando se reportam a década de 80, já se tratavam de falas interseccionais. Vemos o quanto ressignificamos o espaço acadêmico e suas produções. Quando falo de interseccionalidade eu não falo somente a partir das produções da Krenshaw ou de Angela Davis, mas sim pensando o olhar das entrevistas dessas mulheres negras que já possuíam olhares sim interseccionais.

Quanto a autoras brasileiras temos uma infinidade: Sueli, Petronilha, temos uma nova geração vindo aí, a exemplo Djamila Ribeiro, Carla Acotirene, que lançou o livro "*O que é interseccionalidade*". Temos também uma juventude que vem produzindo textos, fazendo umas reflexões nas redes sociais. Quando digo reflexão é porque não encontramos a forma como elas elaboram essas reflexões em livros ou artigos. E essas reflexões nas redes sociais são superinteressantes, tanto que em dois eventos fiz questão concluir minha fala trazendo as vozes dessas jovens ativistas que fazem toda essa discussão intersecional. Para além do que está consolidado enquanto produção acadêmica, mesmo marginalizada dentro das universidades, é vista como produção acadêmica também essas novas vozes que partem de vários lugares.

Mas tem autoras que a gente leva na cabeceira. Eu falo muito de Nilma Lino, bell hooks e Audre Lorde.

Bruna Irineu: Você tem conseguido inserir nos componentes curriculares, além das disciplinas optativas, essas autoras que te são tão caras, tão importantes de alguma forma, já que o currículo muitas vezes é rígido para essas coisas?

Negra Cris: Muitas vezes a ementa e as referências estão amarradas e os livros que desejamos inserir não estão disponíveis na biblioteca da universidade. São livros que acabamos emprestando. Aqui no NUDES estamos criando uma biblioteca setorial. Eu trabalho com uma disciplina que é projeto pedagógico e não tem como fugir de pensar a

escola e a diversidade. Com a reformulação eu já ampliei a ementa para trazer essa discussão à tona. Para pensar projeto político pedagógico eu conheço algumas autoras, algumas professoras universitárias que tem produzido e vêm trazendo a questão racial e problematizam em torno de gênero. Eu vou trazendo esse material para a sala de aula com artigos, visto que não temos livros, e assim estudamos conceitos de autores negros e negras. Ainda nos falta material para algumas discussões de maior embasamento.

Bruna Irineu: Frente a indissociabilidade entre ativismo e acadêmica que marca sua trajetória, para finalizar essa conversa, o que você destaca como central nesse processo?

Negra Cris: Em minha trajetória só é indissociável porque há interseccionalidade, às vezes nos perguntamos como torná-la evidente em nossas vidas. Hoje, eu consigo vislumbrar e não consigo me ver mais sem pensar de forma interseccional. Porque pesquisando isso, eu fui questionada muitas vezes sobre se as discussões em torno do feminismo negro e já não responderiam todas as minhas inquietações. Não posso silenciar nenhuma dimensão, então penso interseccionalmente, embora eu saiba que em alguns momentos o fato de ser negra vai me oprimir ainda mais. Mas quando está sendo evidenciado a minha lesbianidade, ela também será motivo de opressão. Então, como pesquisadora e militante, preciso pensar nesse sujeito múltiplo. A exemplo disso, recentemente estou lendo muito sobre transexualidade por causa de minha orientanda. Isso contribui para que eu vá me reconstituindo nesse espaço da universidade, nesse espaço contraditório em que sou formadora e também me formo. Não pela estrutura da universidade, mas pelas pessoas que começam a adentrar a universidade, me forjando também a partir desses sujeitos.

Bruna Irineu: Agradecemos sua disposição, muito obrigada!